



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança não armada, com disponibilização de profissionais legalmente habilitados, para atuação preventiva, vigilância patrimonial e controle de acesso, visando atender às necessidades do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, no período noturno, bem como às demandas eventuais das demais Secretarias do Município de Abadia dos Dourados/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas na tabela abaixo e neste documento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITARIO PREVISTO	VALOR TOTAL MÁXIMO PREVISTO
01	Prestação de serviços de segurança não armada, para atendimento de demandas contínuas e eventuais da Administração Municipal, mediante disponibilização de profissional legalmente habilitado, para execução de atividades de vigilância patrimonial, controle de acesso, realização de rondas e segurança preventiva, visando à proteção do patrimônio público e à garantia da integridade física de pessoas, sendo cada unidade correspondente a uma diária de 12 (doze) horas, com atuação prioritária no período noturno nas dependências do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, podendo, ainda, atender às demandas das demais Secretarias, conforme necessidade da Administração.	Diária (12h)	500	248,00	124.000,00

A estimativa das quantidades para a contratação dos serviços de segurança não armada foi elaborada com base nas necessidades operacionais da Administração Municipal, considerando a demanda contínua do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, no período noturno, bem como as demandas eventuais das demais Secretarias.

Os serviços, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são contratados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

O prazo de vigência do contrato será um (01) ano podendo, podendo ser prorrogado segundo Artigos 105, 106, 107, 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **1.1. Especificação dos serviços**

A prestação dos serviços de segurança não armada deverá ser executada por empresa especializada, mediante disponibilização de profissionais devidamente qualificados, capacitados e aptos ao exercício das atividades inerentes ao objeto contratado, com atuação preventiva, ostensiva e de apoio operacional, visando assegurar a integridade física de servidores, usuários e terceiros, a proteção do patrimônio público, o controle da circulação de pessoas e a manutenção da ordem nas unidades atendidas.

Os serviços deverão ser executados em estrita observância à legislação vigente, às normas regulamentares aplicáveis, às disposições deste Termo de Referência e às diretrizes operacionais expedidas pela Administração Municipal.

Os profissionais disponibilizados poderão ser homens e/ou mulheres, conforme necessidade operacional da contratada, devendo apresentar-se devidamente uniformizados, identificados, em boas condições de asseio e apresentação pessoal, capacitados para o desempenho das funções e orientados



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

quanto ao adequado relacionamento com o público, postura profissional, urbanidade e observância das normas internas das unidades atendidas.

A contratada deverá manter capacidade operacional e quantitativo de pessoal suficientes ao integral atendimento das demandas solicitadas, nos prazos fixados pela Administração, inclusive para a execução contínua dos serviços junto ao Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, bem como para atendimentos eventuais em outras unidades administrativas, eventos públicos, campanhas institucionais e demais ações promovidas pelo Município. A execução dos serviços ocorrerá por diária efetivamente prestada, correspondente a turno de 12 (doze) horas, sendo expressamente vedada a cobrança por serviços não executados, parcialmente prestados ou quantitativos não solicitados pela Administração.

## **1.1.1. Atividades a serem executadas**

Os profissionais disponibilizados deverão desempenhar, dentre outras atividades compatíveis com o objeto contratado, as seguintes atribuições:

- controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e equipamentos;
- identificação, orientação e encaminhamento de usuários, visitantes e prestadores de serviços;
- realização de rondas periódicas nas áreas internas e externas das unidades atendidas;
- vigilância patrimonial preventiva, com observação constante das instalações;
- apoio à organização do fluxo de pessoas e à disciplina dos ambientes;
- prevenção de conflitos e adoção de medidas iniciais de contenção, dentro dos limites legais;
- comunicação imediata de ocorrências à Administração e, quando necessário, aos órgãos competentes;
- registro de ocorrências relevantes verificadas durante o turno de serviço;
- observação e reporte de situações anormais, riscos potenciais ou condutas suspeitas;
- auxílio na preservação da ordem e segurança dos ambientes públicos atendidos.

## **1.1.2. Jornada de trabalho**

- A execução dos serviços ocorrerá por meio de diárias correspondentes a turnos de 12 (doze) horas.
- Cada diária corresponderá à disponibilização de 01 (um) profissional durante o respectivo turno.
- No Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, os serviços deverão ser prestados de forma contínua no período noturno, garantindo a cobertura regular e ininterrupta da unidade.
- A Administração poderá ajustar horários, escalas, quantitativos e locais de prestação, conforme necessidade do serviço público e interesse administrativo.
- A organização das escalas e jornadas será de inteira responsabilidade da contratada, observada a legislação trabalhista vigente.

## **1.1.3. Forma de execução**

- Os serviços serão executados conforme demanda da Administração, mediante emissão prévia de Ordem de Serviço.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- A prestação deverá ocorrer com regularidade, continuidade e observância dos horários definidos.
- A contratada deverá garantir plena cobertura dos postos designados, não sendo admitidas interrupções injustificadas.
- Deverá ser assegurada substituição imediata de profissionais em casos de faltas, atrasos, afastamentos ou impedimentos.
- Poderá haver atendimento eventual às demais Secretarias Municipais, unidades administrativas, eventos públicos, campanhas e ações institucionais.
- O deslocamento de profissionais entre postos, quando necessário, será de responsabilidade exclusiva da contratada.

## **1.1.4. Responsabilidades da contratada**

A contratada será integralmente responsável por:

- disponibilizar profissionais devidamente uniformizados, identificados e aptos ao serviço;
- comprovar qualificação e treinamento compatíveis com as atividades desempenhadas;
- fornecer toda a mão de obra necessária à execução contratual;
- arcar com salários, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais;
- fornecer equipamentos, materiais e insumos necessários à adequada execução dos serviços;
- custear transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas operacionais;
- promover substituição imediata de profissionais ausentes ou inadequados;
- manter supervisão e acompanhamento permanente dos serviços prestados;
- responder por danos causados à Administração ou a terceiros;
- cumprir integralmente as normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis;
- manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas no certame.

## **1.1.5. Conduta dos profissionais**

Os profissionais disponibilizados deverão:

- atuar com urbanidade, cordialidade, discrição e respeito ao público;
- manter postura ética, equilíbrio emocional e comportamento compatível com a função;
- cumprir rigorosamente as orientações da Administração e da fiscalização contratual;
- preservar o sigilo de informações internas a que tiverem acesso;
- zelar pela imagem institucional do Município;
- manter atenção permanente durante o turno de serviço;
- comunicar imediatamente qualquer ocorrência relevante;
- tratar com prioridade situações que envolvam risco à integridade física de pessoas ou ao patrimônio público;
- abster-se de condutas incompatíveis com o ambiente de trabalho ou com o interesse público.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A garantia da segurança nos ambientes públicos constitui elemento essencial para a adequada prestação dos serviços estatais, especialmente aqueles considerados essenciais, como os serviços de saúde, mas também abrangendo as diversas áreas de atuação da Administração Pública. Nesse sentido, cabe ao Poder Público assegurar não apenas a continuidade dos serviços, mas também condições adequadas de funcionamento, que envolvem organização, controle de acesso, integridade patrimonial e proteção das pessoas que utilizam ou atuam nesses espaços.

A atuação administrativa deve observar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, sobretudo os princípios previstos no art. 37, caput, com destaque para a eficiência, que impõe ao gestor público o dever de adotar medidas capazes de assegurar a prestação de serviços com qualidade, segurança e regularidade. Soma-se a isso a necessidade de preservação da dignidade da pessoa humana e da integridade física dos cidadãos, fundamentos que reforçam a obrigação de manutenção de ambientes públicos seguros e organizados. No mesmo sentido, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que as soluções adotadas pela Administração devem estar alinhadas ao interesse público, mediante planejamento adequado, mitigação de riscos e busca pela melhor aplicação dos recursos públicos. Assim, a adoção de mecanismos de segurança institucional se apresenta como medida indispensável para prevenir ocorrências que possam comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços ofertados.

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, em especial no Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, verifica-se a existência de demandas contínuas e sensíveis, decorrentes do atendimento ininterrupto à população, frequentemente em situações de urgência, emergência e vulnerabilidade social. O elevado fluxo de pessoas, aliado à natureza dos atendimentos, amplia significativamente a exposição a riscos como tumultos, conflitos, acessos indevidos, furtos e danos ao patrimônio público, situações que podem comprometer tanto a segurança dos usuários quanto o desempenho dos profissionais de saúde.

Entretanto, a necessidade de segurança não se limita ao ambiente hospitalar. As demais Secretarias Municipais também demandam suporte em segurança institucional, especialmente em situações que envolvem grande circulação de pessoas, como atendimentos administrativos, eventos públicos, campanhas educativas, ações sociais, atividades culturais, esportivas e turísticas. Nessas ocasiões, é imprescindível assegurar organização, controle de acesso, orientação ao público e prevenção de incidentes, de modo a garantir o bom andamento das atividades e a integridade dos participantes. Destaca-se, por exemplo, a atuação junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, em eventos e atividades que reúnem grande público, bem como em ações promovidas em espaços públicos; à Secretaria de Administração, em atendimentos diretos à população; e à Secretaria de Assistência Social, em programas e iniciativas voltadas a públicos em situação de vulnerabilidade. Em todos esses contextos, a ausência de medidas adequadas de segurança pode resultar em desorganização, riscos à integridade física, danos ao patrimônio e prejuízos à imagem institucional do Município.

A inexistência de suporte adequado de segurança institucional contribui para a ocorrência de situações que prejudicam o ambiente público, gerando insegurança, desordem e, em casos mais graves, a interrupção ou comprometimento dos serviços prestados. Além disso, há impacto direto na eficiência administrativa, uma vez que servidores passam a desempenhar funções que não integram suas atribuições, como controle de acesso ou mediação de conflitos.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de assegurar condições estruturais e operacionais que promovam a organização dos fluxos internos e externos, o controle de acesso de pessoas e veículos, a prevenção de situações de risco e a proteção do patrimônio público, tanto nas unidades de saúde quanto nas demais estruturas administrativas do Município.

A adoção de medidas voltadas à segurança institucional proporciona impactos positivos amplos e relevantes, tais como a melhoria da qualidade dos serviços públicos, a redução de incidentes e conflitos, a preservação dos bens públicos, o aumento da sensação de segurança entre servidores e usuários, e o fortalecimento da eficiência administrativa. Ademais, contribui para a valorização do ambiente de



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

trabalho, reduzindo riscos e promovendo melhores condições para o desempenho das atividades institucionais. Ressalta-se ainda que a atuação preventiva na área de segurança reduz custos indiretos relacionados a danos patrimoniais, interrupções de serviços e eventuais responsabilizações, configurando-se como medida economicamente vantajosa e alinhada às boas práticas de gestão pública.

Dessa forma, a adoção de soluções voltadas à segurança e organização dos ambientes públicos revela-se indispensável para o atendimento do interesse coletivo, assegurando a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados no âmbito do Município de Abadia dos Dourados/MG, com reflexos diretos no bem-estar da população e na adequada atuação da Administração Pública.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução adotada consiste na prestação de serviços de segurança não armada, a serem executados por empresa especializada, com a finalidade de assegurar a integridade física de servidores, usuários e terceiros, a proteção do patrimônio público e a manutenção da ordem e do adequado funcionamento das unidades administrativas do Município de Abadia dos Dourados/MG, com especial atenção ao Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, sem prejuízo do atendimento às demandas das demais estruturas da Administração. A segurança institucional configura-se como elemento indispensável à continuidade, regularidade e eficiência dos serviços públicos, sobretudo em ambientes que apresentam funcionamento contínuo e fluxo significativo de pessoas, como as unidades de saúde. Nesse contexto, a atuação preventiva, orientativa e organizada dos profissionais de segurança contribui de forma relevante para a mitigação de riscos, a redução de incidentes, a organização dos espaços e o aprimoramento das condições de atendimento à população.

A solução proposta foi estruturada com base no ciclo de vida do objeto, contemplando de forma integrada as etapas de planejamento, contratação, execução, fiscalização e avaliação, com vistas à promoção da eficiência administrativa, da economicidade e da adequada gestão dos recursos públicos.

Na fase de planejamento, procede-se ao levantamento das necessidades permanentes e eventuais relacionadas à segurança institucional, considerando as particularidades de cada unidade administrativa, com especial atenção à demanda contínua existente no Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, em razão de seu funcionamento regular e da necessidade de preservação da ordem, proteção patrimonial e segurança de servidores, usuários e terceiros. Consideram-se, ainda, as demandas acessórias e eventuais das demais Secretarias Municipais, decorrentes de atendimentos ao público, eventos, campanhas e ações institucionais diversas. Diante desse cenário, adota-se solução compatível com a realidade operacional do Município, apta a atender de forma contínua a demanda principal e, quando necessário, as solicitações complementares da Administração.

No que se refere à contratação, a solução mais vantajosa consiste na seleção de empresa especializada, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico Tradicional, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global, por se tratar de objeto cuja execução demanda gestão unificada, padronização operacional e responsabilidade centralizada por parte da contratada. Tal modelagem justifica-se pela natureza comum dos serviços, pela ampla competitividade existente no mercado e pela possibilidade de estimativa prévia dos quantitativos necessários, especialmente em razão da demanda contínua e previsível vinculada ao Hospital Municipal. O critério de menor preço global mostra-se mais adequado por permitir a contratação integrada da solução, evitando fragmentação da execução, divergências operacionais e dificuldades de fiscalização, além de propiciar maior economicidade, racionalização administrativa e melhor controle dos custos envolvidos.

Durante a execução contratual, a empresa deverá disponibilizar profissionais devidamente qualificados para o desempenho das atividades de segurança não armada, abrangendo, entre outras, o controle de acesso, a vigilância patrimonial, a realização de rondas, a orientação ao público, a prevenção e mediação de conflitos e o apoio às atividades institucionais.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

A prestação dos serviços será realizada por meio de diárias de 12 (doze) horas, correspondendo cada unidade à disponibilização de 01 (um) profissional por turno, devendo ocorrer de forma contínua no período noturno nas dependências do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, bem como de forma eventual nas demais unidades administrativas, eventos, campanhas e ações institucionais, conforme necessidade da Administração. A execução deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços. Caberá à contratada assegurar a imediata substituição de profissionais em caso de faltas ou afastamentos, bem como arcar integralmente com todos os custos operacionais, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, uniformes, equipamentos, transporte, alimentação, hospedagem (quando necessária) e demais insumos indispensáveis à adequada execução contratual.

No tocante à gestão e fiscalização, a Administração realizará o acompanhamento sistemático da execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade da prestação, a conduta dos profissionais e a conformidade com as condições estabelecidas. A fiscalização eficaz permitirá a identificação tempestiva de eventuais falhas, possibilitando a adoção de medidas corretivas e, quando cabível, a aplicação das sanções previstas.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Qualificação técnica**

Para a qualificação técnica a licitante vencedora deverá apresentar:

- Comprovação de capacidade técnica do licitante em já ter executado ou estar executando serviços similares aos da presente licitação, através de atestado fornecido por pessoa de direito público ou privado, no qual constem as seguintes informações: objeto, instituição na qual o serviço foi prestado, período e local de execução. Deve constar o número de telefone e nome completo do responsável pelo atestado, para confirmação das informações atestadas, em caso de diligência.
- Comprovação de regularidade da empresa perante a Polícia Federal. (não serão aceitos pedidos de abertura de registro).

#### **4.1.1 Justificativa da exigência de qualificação técnica**

A exigência dos documentos relativos à qualificação técnica visa assegurar que a futura contratada possua aptidão operacional, experiência comprovada e regularidade legal necessárias à adequada execução dos serviços de segurança não armada, resguardando o interesse público, a continuidade dos serviços e a segurança das unidades atendidas.

Os serviços objeto da contratação envolvem atividades sensíveis, diretamente relacionadas à proteção patrimonial, ao controle de acesso de pessoas, à prevenção de ocorrências e à preservação da integridade física de servidores, usuários e terceiros, especialmente em ambiente de funcionamento contínuo, como o Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, além de outras unidades administrativas e eventos públicos.

Dessa forma, a comprovação de capacidade técnica por meio de atestado de desempenho anterior mostra-se medida necessária e proporcional, pois permite verificar se a licitante já executou ou executa serviços compatíveis em características, natureza e complexidade com o objeto pretendido. Tal exigência busca reduzir riscos de contratação de empresas sem experiência mínima comprovada, sem estrutura operacional adequada ou sem capacidade gerencial para atender às demandas da Administração.

A exigência de que o atestado contenha identificação do contratante anterior, período, local de execução e responsável emissor objetiva conferir autenticidade, rastreabilidade e possibilidade de diligência, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

Quanto à comprovação de regularidade perante a Polícia Federal, a exigência encontra fundamento na necessidade de verificar que a empresa atua regularmente em atividade relacionada ao



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

setor de segurança privada, em conformidade com a legislação federal pertinente e com os requisitos de fiscalização do órgão competente.

Embora o objeto trate de segurança não armada, a atuação no segmento exige observância de normas específicas voltadas à idoneidade empresarial, controle estatal e regularidade cadastral, fatores essenciais quando se pretende contratar empresa para atividades ligadas à vigilância patrimonial e proteção de pessoas e bens.

A não aceitação de meros pedidos de abertura de registro justifica-se pelo fato de que protocolos não comprovam situação jurídica consolidada, tampouco demonstram autorização regular ou conformidade efetiva perante o órgão fiscalizador competente, sendo necessária documentação válida e vigente na data da habilitação.

Assim, as exigências previstas revelam-se pertinentes, razoáveis e indispensáveis para garantir que a empresa vencedora detenha experiência compatível, regularidade legal e capacidade técnica suficiente para executar os serviços com segurança, eficiência e responsabilidade, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **4.2 Sustentabilidade**

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

## **4.3 Indicação de marcas ou modelos**

Não se aplica.

## **4.4 Da exigência de amostra**

Não se aplica.

## **4.5 Da exigência de carta de solidariedade**

Não se aplica.

## **4.6 Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **4.7 Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **4.8 Da participação na licitação**

**Não poderão disputar esta licitação:**

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VI. agente público do órgão ou entidade licitante;

VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição<sup>1</sup>; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução do objeto deverá ocorrer em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos estimados e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, bem como com as demais condições previstas no Edital e no Contrato Administrativo.

A prestação dos serviços será realizada conforme a necessidade da Administração Municipal, observando-se a demanda contínua existente no Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia e as demandas eventuais das demais Secretarias, com a finalidade de assegurar a segurança patrimonial, a integridade física de servidores, usuários e terceiros, bem como a manutenção da ordem nas unidades atendidas.

---

<sup>1</sup> NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

### **5.1. Condições de execução, prazos e locais de prestação**

I – A contratada ficará obrigada a iniciar e executar os serviços nos termos da contratação firmada, observando rigorosamente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

a) O início da execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento da Ordem de Serviço ou da autorização formal expedida pela Administração, salvo hipótese emergencial devidamente justificada.

b) A contratada deverá acusar ciência da solicitação de forma imediata.

c) Cada solicitação indicará, no mínimo, o local da prestação, período, quantidade de diárias, número de profissionais e demais orientações necessárias à execução.

d) O local de execução será aquele expressamente indicado pela Administração, observando-se prioritariamente:

- prestação contínua e diária dos serviços no período noturno, junto ao Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, situado na Avenida Benedito Teodoro da Silva, nº 367, Centro, Abadia dos Dourados/MG - CEP:38.540-000;

- atendimento eventual em outras unidades administrativas;

- suporte a eventos públicos, campanhas e ações institucionais.

e) Verificada irregularidade ou execução em desacordo com as exigências contratuais, a contratada será notificada para promover a correção imediata, no prazo máximo de 01 (um) dia útil, sem ônus adicional para a Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis.

### **5.2. Condições para a prestação dos serviços**

A prestação dos serviços de segurança não armada deverá ser executada por empresa especializada, observando-se a legislação aplicável, normas trabalhistas, regras de segurança e diretrizes administrativas, visando à proteção patrimonial, prevenção de incidentes e preservação da integridade física das pessoas.

Os serviços deverão ser prestados com eficiência, regularidade, disciplina e urbanidade, mediante disponibilização de profissionais qualificados e aptos ao desempenho das atividades contratadas.

A execução ocorrerá por meio de **diárias correspondentes a turnos de 12 (doze) horas**, conforme a necessidade administrativa e quantitativos contratados e de acordo com as determinações seguir:

a) Organização e execução dos serviços

I - A contratada deverá planejar, coordenar e executar os serviços de forma contínua e eficiente, competindo-lhe disponibilizar profissionais aptos à realização, das seguintes atividades:

- controle de acesso de pessoas, veículos e materiais;
- vigilância patrimonial;
- rondas periódicas;
- orientação ao público;
- prevenção de incidentes;
- comunicação imediata de ocorrências;
- apoio à organização dos ambientes atendidos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

**b) Profissionais disponibilizados**

I – Os profissionais deverão estar devidamente capacitados para o desempenho das funções contratadas.

II – Deverão apresentar:

- postura ética e profissional;
- urbanidade no trato com o público;
- discrição e responsabilidade;
- boas condições físicas e mentais para o serviço;
- uniformização padronizada;
- identificação visível.

III – Poderão ser homens e/ou mulheres, conforme disponibilidade operacional da contratada.

IV – A Administração poderá solicitar substituição de profissional cuja conduta, desempenho ou apresentação sejam considerados inadequados.

V- A contratada será exclusivamente responsável pela gestão de seus empregados, inexistindo vínculo trabalhista ou funcional com a Administração.

**c) Jornada e forma de prestação**

I – Cada diária corresponderá à atuação de 01 (um) profissional por turno de 12 (doze) horas, conforme definido pela Administração.

II – Compete à contratada organizar escalas e estrutura operacional necessária ao fiel cumprimento do contrato.

**d) Local de execução**

Os serviços serão prestados prioritariamente no Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, podendo também ocorrer em:

- demais Secretarias Municipais;
- unidades administrativas;
- prédios públicos;
- eventos oficiais;
- campanhas e ações institucionais.

**e) Custos da execução e equipamentos necessários à execução dos serviços**

Serão de exclusiva responsabilidade da contratada todas as despesas decorrentes da execução, inclusive:

- salários e encargos;
- transporte;
- alimentação;
- hospedagem, quando necessária;
- uniformes;
- equipamentos;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- tributos;
- seguros;
- demais custos diretos e indiretos.

A contratada deverá fornecer, às suas expensas, todos os equipamentos, materiais e acessórios necessários à adequada execução dos serviços de segurança não armada, em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Deverão ser disponibilizados, no mínimo, conforme a necessidade do serviço:

- uniformes padronizados e crachá de identificação;
- calçados adequados;
- meios de comunicação (telefone móvel, rádio comunicador ou similar);
- lanterna;
- materiais para registro de ocorrências;
- equipamentos de apoio operacional;
- equipamentos de proteção individual – EPIs, quando exigidos.

A contratada deverá responsabilizar-se pela manutenção, reposição imediata e substituição dos equipamentos sempre que necessário, bem como pela orientação de seus profissionais quanto ao uso correto dos itens fornecidos. É vedada cobrança adicional não prevista contratualmente.

### **f) Continuidade dos serviços e substituições**

I – A contratada deverá garantir continuidade integral da execução, especialmente no atendimento hospitalar.

II – Será obrigatória a substituição imediata, sem ônus adicional, em casos de:

- faltas;
- atrasos;
- abandono de posto;
- afastamentos;
- férias;
- licenças;
- insuficiência técnica;
- conduta incompatível.

III – A ausência de substituição poderá ensejar glosa, multa e demais penalidades contratuais.

### **g) Obrigações da contratada**

A contratada deverá:

I – fornecer toda a mão de obra necessária;

II – manter supervisão permanente da execução;

III – cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal;

IV – fornecer uniformes, crachás e equipamentos necessários;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- V – arcar com transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas operacionais;
- VI – manter preposto para contato com a Administração;
- VII – responder por danos causados ao Município ou terceiros;
- VIII – guardar sigilo sobre informações internas a que tiver acesso;
- IX – cumprir todas as ordens regulares da fiscalização;
- X – manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas na licitação.

### **h) Responsabilidade trabalhista**

I – A contratação não gera qualquer vínculo empregatício entre o Município e os empregados da contratada.

II – Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários e comerciais serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

III – Eventuais inadimplementos da contratada não transferem responsabilidade automática à Administração, nos termos da legislação vigente.

### **i) Fiscalização e controle**

I – A execução contratual será acompanhada por fiscal designado pela Administração.

II – Compete ao fiscal:

- acompanhar a prestação;
- registrar ocorrências;
- exigir correções;
- atestar medições;
- comunicar irregularidades;
- propor sanções.

III – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada.

### **j) Padrão de qualidade**

I – Os serviços deverão ser executados com observância dos seguintes padrões mínimos:

- pontualidade;
- assiduidade;
- disciplina;
- cordialidade;
- organização;
- eficiência;
- prevenção;
- segurança;
- zelo pelo patrimônio público.

### **k) Critérios de medição e pagamento**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

A medição e o pagamento dos serviços de segurança não armada serão realizados com base na efetiva execução dos serviços, observando-se o quantitativo de diárias efetivamente prestadas, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

Para fins de medição, será considerada como unidade de referência a diária de 12 (doze) horas de prestação de serviço por profissional, correspondendo cada diária à efetiva disponibilização de 01 (um) agente de segurança não armada em atividade, no período e local previamente definidos pela Administração.

A aferição dos serviços executados será realizada mediante apresentação, pela contratada, de relatório mensal detalhado, contendo, no mínimo:

- Identificação dos profissionais alocados;
- Quantidade de diárias executadas no período;
- Locais de prestação dos serviços;
- Datas e períodos de atuação;
- Registro de ocorrências relevantes, quando houver;

Os relatórios deverão ser atestados pelo fiscal do contrato ou servidor designado, que verificará a conformidade da execução com as ordens de serviço emitidas, bem como o cumprimento das condições contratuais estabelecidas. O pagamento será efetuado mensalmente, após a devida liquidação da despesa, condicionada à comprovação da execução dos serviços e ao atesto do fiscal do contrato, mediante apresentação da respectiva nota fiscal ou fatura. Os valores a serem pagos corresponderão exclusivamente às diárias efetivamente executadas, sendo vedado o pagamento por serviços não prestados ou por quantitativos não solicitados pela Administração.

## **l) Recebimento**

As condições de recebimento do objeto são as seguintes de acordo com o artigo 60 inciso I, do Decreto Municipal 10.892 de 28 de dezembro de 2023:

- a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;
- b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

A seguir encontra-se o quadro resumo da execução dos serviços:

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Tipo de serviço	Segurança não armada
Forma de execução	Sob demanda, mediante Ordem de Serviço
Unidade de medida	Diária (12 horas)
Profissionais por diária	01 vigilante
Local principal	Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia
Endereço	Av. Benedito Teodoro da Silva, nº 367, Centro
Regime de atuação	Período noturno
Frequência (hospital)	Continua, conforme demanda da Administração
Atendimentos adicionais	Secretarias, eventos e ações institucionais
Quantidade estimada	500 diárias
Execução mínima esperada	Cobertura regular do período noturno do hospital
Execução eventual	Conforme necessidade do Município
Substituição de pessoal	Imediata e obrigatória
Prazo de início	Até 24h (ou imediato em emergência)

## **5.3 Das obrigações das partes**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

### **São obrigações da Contratante:**

- Comunicar imediatamente à contratada as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à contratante tal providência;
- Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- Enviar a Autorização de fornecimento à Contratada;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Secretaria Municipal Solicitante;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços/materiais prestados/fornecidos;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

### **São obrigações da Contratada:**

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações dos serviços prestados;
  - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - Assegurar ao Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
  - Refazer, às suas expensas, dentro do prazo determinado pela contratante, os serviços que a juízo da fiscalização tenham sido mal executados;
  - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;
  - Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem dos serviços prestados ao Município de Abadia dos Dourados – MG;
- Acatar todas as orientações do Município de Abadia dos Dourados - MG, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- Substituir o empregado que causar embaraço a boa execução dos serviços;
- Permitir livre acesso da fiscalização, pelo Município;
- Obedecer à legislação Ambiental;
- Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
- A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;
- Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;
- Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre a ata de registro de preços e/ou contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;
- Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;
- Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Cumprir todas as normas regulamentares sobre a medicina e segurança do trabalho;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante, nos termos do contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados;
- Paralisar por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações contratadas;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, incluídos tributos, contribuições e seguros;
- Arcar com todas as despesas necessárias com o pessoal na execução dos serviços, tais como: remuneração, transporte, alimentação, hospedagem, seguro contra acidente de trabalho e responsabilidade civil por danos a terceiros;
- A contratada deverá atender à legislação vigente, quando aos aspectos ambientais, trabalhistas, de segurança, medicina e saúde do trabalhador e todas as demais afeitas ao campo de trabalho dos serviços dessa contratação, bem como às normas técnicas brasileiras existentes;
- A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- A contratada deverá prestar os serviços de forma contínua, eficiente e ininterrupta, especialmente no atendimento ao Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia;
- A contratada deverá disponibilizar profissionais devidamente qualificados, capacitados e aptos ao desempenho das atividades de segurança não armada;
- A contratada deverá garantir que os profissionais atuem com urbanidade, disciplina, ética e respeito ao público e aos servidores;
- A contratada deverá manter supervisão permanente dos serviços prestados, de modo a assegurar a qualidade e regularidade da execução;
- A contratada deverá fornecer, às suas expensas, todos os equipamentos, materiais e acessórios necessários à adequada execução dos serviços de segurança não armada, em perfeitas condições de uso e conservação, incluindo uniformes, identificação funcional, meios de comunicação, lanterna, materiais de apoio e equipamentos de proteção individual – EPIs, quando exigidos, responsabilizando-se integralmente por sua manutenção, reposição e substituição, sem qualquer ônus adicional para a Administração;
- A contratada deverá observar e cumprir todas as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho aplicáveis;
- A contratada deverá atender prontamente às solicitações da Administração, inclusive quanto à substituição de profissionais considerados inadequados;
- A contratada deverá não permitir a execução dos serviços por profissionais sem vínculo formal ou em desacordo com a legislação vigente;
- A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pela gestão de seus empregados, inexistindo qualquer vínculo empregatício com a Administração;
- A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, observando padrões adequados de desempenho, pontualidade e eficiência;
- A contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitado, relatórios, registros ou informações relativas à execução dos serviços;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- A contratada deverá assegurar que seus profissionais não portem armas de qualquer natureza durante a execução dos serviços, em conformidade com a natureza de segurança não armada;
- A contratada deverá custear integralmente transporte, alimentação, hospedagem, deslocamentos internos, substituições de pessoal e quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários à execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional ao Município;
- A contratada deverá observar e fazer cumprir, por seus empregados, as normas internas das unidades atendidas, inclusive regras de acesso, segurança, funcionamento e conduta estabelecidas pela Administração;
- A contratada deverá orientar seus profissionais para que tratem com urbanidade, respeito e impessoalidade todos os usuários dos serviços públicos, vedada qualquer conduta abusiva, discriminatória ou incompatível com o interesse público;
- A contratada deverá comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência relevante, situação de risco, dano ao patrimônio, conflito, acidente, irregularidade ou fato que possa comprometer a segurança das unidades atendidas;
- A contratada deverá manter seus empregados devidamente uniformizados, identificados por meio de crachá ou equivalente, em boas condições de asseio, apresentação pessoal e aptidão física e mental para o exercício das atividades contratadas;
- A contratada deverá promover treinamento, reciclagem, orientação operacional e capacitação contínua de seus profissionais, garantindo conhecimento técnico compatível com as atividades de vigilância patrimonial, controle de acesso, rondas preventivas, atendimento ao público e comunicação de ocorrências;
- A contratada deverá manter capacidade operacional suficiente para atendimento tempestivo das solicitações emitidas pela Administração, inclusive para demandas contínuas, emergenciais, extraordinárias ou eventuais;
- A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido pela Administração, contado do recebimento da Ordem de Serviço, observando rigorosamente os horários, locais e condições definidos;
- A contratada deverá arcar integralmente com todas as despesas decorrentes da execução contratual, inclusive salários, horas extras, adicionais legais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, securitários e comerciais;
- A contratada deverá assegurar a continuidade dos serviços, especialmente nos postos de atendimento permanente, não sendo admitidas interrupções injustificadas, atrasos recorrentes, abandono de posto ou ausência de profissionais;
- A contratada deverá realizar a substituição imediata de profissionais em casos de faltas, atrasos, afastamentos, férias, licenças, impedimentos, insuficiência técnica, conduta inadequada ou sempre que houver solicitação fundamentada da Administração;
- Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente.

### **5.4 Especificações da garantia, manutenção e/ou assistência técnica.**

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5.5 Contrato**

O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital. Alternativamente a convocação para comparecer perante a Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Rua Dr. Calil Porto, 380, no Centro da Cidade de Abadia dos Dourados-MG, para a assinatura do Termo de Contrato, ou o aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito e assinado no prazo de 05



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

(cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar a pessoa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar a pessoa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, foi publicado o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, o Decreto nº 10.959 de 27 de maio de 2024 que regulamenta o Procedimento Auxiliar Sistema de Registro de Preços, disposto no art. 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e A Portaria nº 01/2026, que designa agentes públicos em função do princípio da segregação de funções. Por esta Portaria ficou designado como gestor de contratos, a servidora Ana Luiza Cenísio Teixeira de Queiroz, matrícula nº 1823 e como fiscal de contrato a servidora Kamila Duarte Pereira, matrícula nº 1925.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

O Contratante reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do presente contrato, se considerado em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da Contratada.

## **7 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

7.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

7.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

7.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

• recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

7.1.5 fraudar a licitação

7.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

7.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

7.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1 advertência;

7.2.2 multa;

7.2.3 impedimento de licitar e contratar e

7.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2 as peculiaridades do caso concreto

7.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.3.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

7.3.7 Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.3.8 Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

7.4 As sanções de advertência, impetrar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 7.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

7.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **8. DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#). Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter os créditos que a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

### **9.1 Habilitação**

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

O(s) licitantes vencedor (es) deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

▪ **Ato Constitutivo;**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor<sup>2</sup>, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

▪ **Prova de Inscrição no CNPJ.** O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

▪ **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,** emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

▪ **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

<sup>2</sup> NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social**, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- **Certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante**. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame;
- **Alvará de Licença e Funcionamento**, em vigor;
- **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial**, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP).

### **9.1.1 Qualificação técnica**

- Comprovação de capacidade técnica do licitante em já ter executado ou estar executando serviços similares aos da presente licitação, através de atestado fornecido por pessoa de direito público ou privado, no qual constem as seguintes informações: objeto, instituição na qual o serviço foi prestado, período e local de execução. Deve constar o número de telefone e nome completo do responsável pelo atestado, para confirmação das informações atestadas, em caso de diligência.
- Comprovação de regularidade da empresa perante a Polícia Federal, (não serão aceitos pedidos de abertura de registro).

### **9.2 DECLARAÇÕES:**

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O objeto social descrito no ato constitutivo referente à habilitação deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme lei 14.143/21.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. A habilitação será verificada por meio eletrônico, no site da Licitanet. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

## **10. PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega e recebimento dos serviços, mediante aprovação da Secretaria Municipal Solicitante e apresentação dos documentos fiscais.

Caso ocorra, a qualquer tempo, a rejeição dos serviços, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela Contratada. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do Município de Abadia dos Dourados - MG e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Abadia dos Dourados - MG.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor total máximo estimado da contratação é R\$ 124.00,00 (cento e vinte e quatro mil reais), conforme tabela do Item 1 deste Termo de Referência. Este valor estimado da contratação foi obtido mediante Pesquisa de Preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026.

## **12. REAJUSTE**

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação pela Contratante do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

166	1500	02.004.000.10.302.2521.2016.339039 – Manutenção das atividades de assistência médica e ambulatorial - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
-----	------	--

Abadia dos Dourados, 17 de março de 2026.

Elaborado por: \_\_\_\_\_



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825

Servidora responsável pela elaboração do TR pela Portaria nº 01/2026.

Aprovado por: \_\_\_\_\_

Leonardo Martins Alves  
Secretário Municipal de Saúde